

Milliet volta sem avanço no

quinta-feira, 11/2/88 □ 1º caderno □ 13

acordo da dívida

Roberto Garcia
Correspondente

WASHINGTON — O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, retorna hoje ao Brasil sem ter avançado nada com relação a qualquer ponto importante das reivindicações brasileiras nas negociações com o comitê de bancos credores. Milliet retornará aos Estados Unidos na segunda-feira de carnaval para retomar as conversações.

No sábado, quem viaja para Washington é o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, (com quem Milliet janta hoje em Brasília) para contatos com autoridades do Tesouro dos Estados Unidos, FMI e Banco Mundial. Esses contatos visam a desemperrar as discussões com a comissão de credores que já duram cinco meses.

Desde que a proposta de reescalonamento da dívida foi apresentada formalmente aos credores a 25 de setembro passado, as negociações têm marchado muito vagarosamente, principalmente devido à falta de pagamento dos juros referentes a essa dívida. Milliet disse ontem que as discussões ainda vão demorar pelo menos mais três semanas, mas alguns banqueiros dizem que elas vão durar até que o Brasil regularize totalmente o pagamento dos juros vencidos e não pagos em 1987.

Falta decidir, por exemplo, quanto os credores estão dispostos a conceder em

novos empréstimos para refinarçar parte dos juros que vão vencer em 1988 e 1989. Dezenas de reuniões para discutir o assunto demonstraram a resistência dos bancos em aceitar as estimativas das necessidades de financiamento externo do Brasil nos próximos dois anos. Como solução de compromisso para o impasse, os dois lados estão pensando em deixar cerca de 20% do montante reivindicado pelo Brasil como um empréstimo de contingência que só seria liberado se vários fatores externos atrapalhassem o balanço de pagamento do Brasil.

Assim, se as taxas de juros subirem, se o preço do petróleo tiver um aumento e se a taxa de crescimento dos países credores cair, levando à redução das importações que essas nações fazem do Brasil, o governo poderia receber esse empréstimo adicional de contingência.

Falta também decidir a taxa de risco (*spread*) que incidirá tanto sobre os empréstimos novos quanto sobre o principal da dívida vencido no período 1986 a 1989, que será reescalonado. Inicialmente, o Brasil reivindicou que essa taxa de risco fosse igual a zero, mas os bancos nunca consideraram seriamente essa pretensão. A solução de compromisso seria reduzir a taxa média que atualmente incide sobre a

maior parte da dívida brasileira, de 2% para 0,8125% ao ano. Tanto a Argentina quanto o México conseguiram redução das taxas de risco que incidem sobre suas dívidas para 0,8125% ao ano. Essa taxa é cobrada pelos credores acima da taxa *Libor*, que está atualmente no nível de 7,36%.

Outro aspecto importante a decidir é o período pelo qual o principal da dívida será reescalonado. O México conseguiu reescalonamento de 20 anos; é a Argentina, de 19 anos. Os bancos têm oferecido 20 anos ao Brasil, mas o governo Sarney reivindica 30 anos.

☐ O governo pretende redefinir a estrutura das empresas estatais, principalmente as de economia mista, para atrair credores externos interessados em converter parte de suas dívidas em investimentos nestas companhias. A revelação foi feita pelo presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Arnoldo Wald, ao anunciar ainda que o órgão está fazendo um estudo para definir que setores e de que forma poderia ser feitos estes investimentos externos. "Esperamos estar com o estudo pronto em 30 dias", disse Wald.